

O sentido da cidadania no jornalismo popular televisivo: entre a visibilidade e a tradução

Eliza Bachega Casadei*

Resumo

O objetivo com este artigo é discutir, com base no estudo de programas jornalísticos televisivos populares, o sentido do termo “cidadania” utilizado por essas produções. Esses programas evocam a proteção do cidadão como seu mote principal e mostram como o termo cidadania está alocado em um terreno em constante disputa, cujos sentidos são imprecisos e flutuantes. Partindo do questionamento de como a cidadania é evocada nesses programas, é possível notar que esses sentidos se deslocam entre, de um lado, a valorização positiva da cidadania (ao incentivar uma participação ativa dos telespectadores e se articular em torno da defesa dos direitos das classes mais baixas, dando visibilidade às suas demandas) e o autoritarismo (pois articulam um mecanismo a partir do qual o outro é representado em uma relação de tradução e não de escuta). O abismo entre essas duas representações está inserido em um espaço em que os acessos aos meios simbólicos são desiguais e, portanto, não constituem um espaço de embate político, mas como mera encenação desse embate.

Palavras-chave: Cidadania. Jornalismo. Sensacionalismo. Visibilidade.

* Doutoranda do Programa de Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA-USP). Professora dos cursos de Comunicação Social do Complexo Universitário FMU-FIAM-FAAM. E-mail: elizacasadei@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6547895943001454>.



A informação é posicionada como um ingrediente-chave na construção social da cidadania por muitos autores. Partindo da premissa de que a cidadania requer um sentimento de pertença a uma comunidade baseado na lealdade a uma civilização como propriedade comum, Gentilli (2005, p. 128) destaca, dentre outros aspectos, o papel de integradores sociais que os meios de comunicação de massa representam, bem como o fato de que o direito à informação deve ser compreendido como relacionado diretamente aos outros mecanismos legais. Dessa forma, a informação é entendida como uma *porta de acesso* a outros direitos, como “um direito que fomenta o exercício da cidadania e permite ao cidadão o acesso e a crítica aos instrumentos necessários ao exercício pleno do conjunto dos direitos de cidadania”. E, mais do que isso, a informação jornalística, com base nesse conjunto de pressupostos, “pode potencialmente vir a consistir num direito que assegura outros direitos, confere condições de igualização de sujeitos e oferece visibilidade ao poder e ao mundo”.

Na mesma esteira de pensamento, Abreu (2003, p. 26) afirma que a ligação entre a informação e a cidadania pode ser lida por meio de uma chave dupla: tanto no que diz respeito à noção de que a imprensa é o veículo responsável por levar informação aos cidadãos, quanto do fato de que é por meio dela que os cidadãos vislumbram a possibilidade de levar as suas demandas até os responsáveis pelas resoluções dos problemas sociais. “A imprensa tem por função dar visibilidade à coisa pública e a visibilidade é uma condição da democracia”. Isso posto, não é por acaso que “as primeiras medidas dos regimes autoritários geralmente visam a restringir a liberdade de informação” já que “a informação é decisiva para os movimentos de libertação contra a opressão. E é a imprensa que permite ao cidadão alargar o seu conhecimento sobre as questões públicas e sobre parte do que se passa na sociedade”.

Além disso, não se pode esquecer de que o direito à informação atua na esfera das políticas de representação, dando visibilidade a novos atores sociais e a suas demandas, de forma que a imprensa trabalha não apenas com a visibilidade dos poderes públicos, mas com o modo como os próprios atores sociais adquirem existência perante os outros grupos e são representados. É nesse sentido que Bucci (2004, p. 108) coloca que “o que não é visível não existe. O que não tem visibilidade não adquire cidadania”, de forma que a conquista dos direitos sempre demanda algum grau de publicização.

Não obstante essa clara ligação entre cidadania e informação, é possível notar que, nos meios de comunicação de massa, os termos que definem

essa cidadania estão em uma constante esfera de disputa. Embora muitos materiais jornalísticos evoquem a si próprios como veículos de proteção aos cidadãos, os contornos sobre o que a cidadania significa são imprecisos e diversos dependendo do produto jornalístico em questão, em um processo de constantes deslocamentos de sentido em torno do termo cidadania.

Mais do que isso, como mostra Dagnino (2004, p. 97), o mesmo termo (cidadania) pode ser utilizado para a legitimação de propostas políticas absolutamente diferentes entre si, de forma que a disputa política invade o terreno da disputa simbólica acerca do significado legítimo para referências que (apenas na aparência) são comuns. “Nessa disputa, onde os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido são as armas principais, o terreno da prática política se constitui num terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário”¹. Longe de ser um procedimento inocente, “o risco – real – é que a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias, defendida pelas forças que sustentam o projeto participativo democratizante como um mecanismo de aprofundamento democrático e de redução da exclusão, possa acabar servindo aos objetivos do projeto que lhe é antagônico”.

Nos produtos jornalísticos podemos observar o mesmo movimento a partir do qual a evocação à cidadania sugere propostas muito diferentes em torno do fazer jornalístico e mesmo a legitimação de projetos políticos muito diferentes para o País. O objetivo com este artigo é estudar como o termo cidadania é evocado no chamado jornalismo popular a partir do estudo de programas jornalísticos televisivos populares sensacionalistas, especialmente no *Aqui Agora* e nos programas que se estruturaram com base no modelo inaugurado por ele. Esses programas evocam a proteção do cidadão como o seu mote principal e mostram como o termo cidadania está alocado em um terreno em constante disputa, cujos sentidos são imprecisos e flutuantes.

Questionando-se como a cidadania é evocada nesses programas é possível notar que sentidos muito diferentes são articulados em torno do termo – sentidos estes que se deslocam entre, de um lado, a valorização positiva da cidadania (ao incentivar uma participação ativa dos telespectadores e se articular em torno da defesa dos direitos das classes mais baixas, dando visibilidade a determinadas demandas ligadas a estas

1 Dagnino (2004, p. 97) confronta os projetos democratizantes no Brasil com os projetos políticos sugeridos pela implantação do neoliberalismo e toma-os como dois projetos políticos que, partindo de premissas completamente diversas, requerem uma sociedade civil ativa e participativa, mesmo que sejam antagônicos. E assim, “por um lado, a constituição dos espaços públicos representa o saldo positivo das décadas de luta pela democratização, expresso especialmente – mas não só – pela Constituição de 1988, que foi fundamental na implementação destes espaços de participação da sociedade civil na gestão da sociedade. Por outro lado, o processo de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, que tem caracterizado os últimos anos, estaria conferindo uma dimensão perversa a essas jovens experiências”.

classes) e o autoritarismo (pois articulam um mecanismo a partir do qual o outro é representado, mas é o próprio jornalismo que diz o que este outro deveria dizer, em uma relação de tradução e não de escuta). Esses programas mostram, portanto, como coloca Dagnino (2004, p. 98), “a crescente opacidade construída por referências comuns, através da explicitação dos deslocamentos de sentido que sofrem”.

Cidadania como termo em disputa no jornalismo

Embora o termo cidadania seja entendido tradicionalmente como um conjunto de deveres civis, políticos e sociais (MARSHALL, 1967), nem sempre é esse o sentido que os jornais populares dotam o termo.

Há mesmo um sentimento geral de desconfiança na evocação do termo *cidadania* nas produções jornalísticas. Para Moretzsohn (2011), esse uso significa a entrada da imprensa na lógica da “empresa cidadã”, ou seja, em uma estratégia empresarial a partir da qual se pode agregar valor a uma marca investindo de sentido político algo que é meramente da ordem do econômico. Além desse sentido vinculado estritamente ao lucro, ela delimita, ainda, fatores macroeconômicos, pois, à medida que uma das características do neoliberalismo é, justamente, a de trabalhar com a polissemia do termo cidadania, diluindo o seu sentido político para depois privatizá-lo, a imprensa atuaria no sentido de um reforço desta lógica neoliberal ao incentivar uma histeria punitiva coletiva (nas notícias sobre crimes, casos de corrupção, incividades) e um descrédito no papel do Estado para a resolução dos problemas sociais.

Ao destacar as palavras de estreia do programa *Linha Direta*, da TV Globo – “a partir de hoje você está em linha direta com seu direito, em linha direta com a cidadania” – Mendonça (2001, p. 106) também enfatiza o fato de que essa evocação à cidadania apenas escamoteia a construção de um lugar de autoridade da TV no âmbito social. Sob o pretexto de ser uma instância do serviço público, a imprensa passaria a ocupar o “espaço tradicionalmente destinado à justiça sob a ótica das relações de força atuantes nos mecanismos de poder”, fazendo surgir, como consequência, “as condições para a potencialização de seu poder como operadores fundamentais deste controle no âmbito social”.

Posicionamentos como esses, contudo, embora iluminem aspectos relevantes da produção noticiosa – e, muito especialmente, o caráter econômico da prática jornalística que insiste em ser constantemente escamoteado por uma deontologia difusa do jornalismo que serve, ao mesmo tempo, como proposição ética e como legitimação de demandas –, são

simplistas, uma vez que não levam em consideração a disputa simbólica a que o termo cidadania é constantemente submetido.

As leituras cruzadas, os deslocamentos de sentido e as injunções articuladas em torno do lugar social ocupado pelo jornalismo são fundamentais para que possamos entender a apropriação do termo cidadania pelo jornalismo popular televisivo. Nos tópicos a seguir, mostra-se que esse lugar social se construiu em torno de sentidos bastante ambivalentes quanto ao termo cidadania. Como material de estudo foram utilizados os programas jornalísticos populares televisivos que tiveram no *Aqui agora* seu modelo de emissão. Como se discute, esses programas trabalhavam com sentidos diversos do termo cidadania tendo em vista que, de um lado, incentivavam a participação ativa do espectador e davam visibilidade às demandas das classes populares, articulando um sentido positivo de cidadania, ao permitir que demandas até então não representadas ganhassem um espaço de articulação. De outro lado, contudo, muitas vezes essa cidadania se confundiu com certo autoritarismo, uma vez que esses programas sempre se colocam em uma relação de *tradução* (e não de *escuta*) das demandas dessas classes populares.

A articulação de um lugar social para a cidadania no jornalismo popular

Cidadania como espaço de visibilidade popular

Não há fala que não seja determinada pelo lugar social de seu pronunciamento, o que implica o reconhecimento, aludido por Certeau (2008, p. 72), de que para ser acreditado, ou seja, aceito como válido pelo grupo, todo discurso precisa estar vinculado ao “estatuto dos indivíduos que tem – e somente eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir um discurso semelhante”. Em outros termos, a toda produção textual individual corresponde sempre a validação de um *nós coletivo* que fornece as regras e leis de um meio circunscrito por determinações e imposições próprias, bem como por sistemas complexos de privilégios, obrigações e hierarquias.

Como produto de um lugar – e, portanto, ligada a todos os problemas relacionados à formação dos grupos –, a atividade jornalística também segue os parâmetros próprios à profissão que são delimitados pelos outros jornalistas e que determinam uma série de procedimentos de trabalho e o modo de contar as histórias.

É nesse sentido que a institucionalização de uma profissão não a dota somente de certa estabilidade social, mas “ela a torna possível e, sub-repticiamente, a determina” (CERTEAU, 2008, p. 70), uma vez que instaura os parâmetros de julgamento internos a esse grupo profissional. Trata-se de um rebatimento que está sempre posto entre o estatuto de uma prática e sua situação social – lugar esse que, contudo, é articulado enquanto não dito, pois recalca sua relação com o próprio grupo em nome de outros valores sociais que ganham o primeiro plano, negando na fachada, portanto, aquilo em função do que se elabora.

Nesse sentido, Fidalgo (2006) chama a atenção para as inúmeras tentativas históricas de delimitação do que poderia constituir a atividade jornalística e como essa se colocava em relação ao corpo social mais amplo. O esforço de diferenciação do jornalista – nos termos em que Bourdieu (1997) concebe esse conceito quanto às formas que delimitam ao jornalismo um espaço próprio e que o fazem tributário de uma lógica particular – se deu,

em boa parte, pela negativa, chamando a atenção menos para aquilo que o jornalismo *era* e mais para o que ele *não era*: nem uma tribuna de propaganda política e proselitismo partidário, nem o espaço mais alargado (em termos de difusão pública) para os escritores interessados em publicar as suas crônicas ou os fascículos de seus romances. (FIDALGO, 2006, p. 67)

Seguindo a argumentação de Certeau (2008, p. 72), a cada um desses *não é* que o jornalismo conheceu ao longo de sua história corresponde uma *polícia do trabalho* que liga a produção individual ao nós coletivo, “mesmo que a ideologia atomista de uma profissão liberal mantenha a ficção do sujeito autor e deixe acreditar que a pesquisa [ou apuração] individual constrói a história” (ou a estória), situando a atividade jornalística em um conjunto de práticas.

Ora, se tomado com base nesse conjunto de premissas, a noção de *cidadania* no jornalismo formou um dos pilares de sustentação da constituição de seu lugar social desde, pelo menos, o final do século XIX. É nesse período que a fomentação da democracia e da cidadania passa a funcionar como critério definidor da competência do jornalista perante seus pares e a sociedade e há a expansão de um novo polo ideológico a partir da noção de que a imprensa (como um produto comercializável e rentável) é que deveria cumprir tanto o papel de promotor da “liberdade negativa” (ao “vigiar o poder político e proteger os cidadãos dos eventuais abusos dos governantes”) quanto da “liberdade positiva” (ao

“fornecer aos cidadãos as informações necessárias para o desempenho de suas responsabilidades cívicas”). (TRAQUINA, 2005, p. 50)

Se isso é válido para a imprensa, de forma que esse constitui um dos aspectos norteadores do lugar social e do *ethos* (bem como da deontologia) articulados em torno do jornalismo, é necessário pontuar que o jornalismo popularesco possui algumas especificidades, em termos de construção de um lugar social, no que se refere a essa temática da cidadania.

Em termos da articulação de um lugar social, é possível notar que o jornalismo popular está alocado em um espaço de tensões e ambiguidades. Isso porque, ao mesmo tempo em que os temas abordados estão sempre sob a marca do sensacionalismo, sempre se autoneameiam defensores da cidadania e dos direitos dos seus leitores. E assim, ao lado de assassinatos espetaculares, violências cotidianas e crimes e misérias de toda sorte,

o tema da cidadania está disseminado nesse modelo de jornalismo através das colunas que exploram direitos trabalhistas, direitos do consumidor e na ênfase ao acesso aos direitos sociais, como educação, saúde e segurança. (PREVEDELLO, 2008, p. 30)

Para que possamos entender, portanto, os deslocamentos de sentido sofridos pelo termo cidadania nesses jornais televisivos populares, é necessário, antes de tudo, entendermos como se articula esse lugar social ocupado por esses programas – lugar que passa pela história de sua constituição.

Estabelecer uma gênese para os programas televisivos jornalísticos popularescos não é uma tarefa fácil. Como se sabe, os jornais impressos sensacionalistas podem ser mapeados desde a gênese do jornalismo, de forma que a *Gazette de France*, de 1631, já continha inúmeros relatos apimentados de crimes e assassinatos, em um modelo ainda utilizado pelos jornais sensacionalistas de hoje. Sabe-se, também, que, durante o século XIX, o sensacionalismo constituiu a grande marca do jornalismo comercial, consolidando o modelo que, em sua origem, remetia aos folhetins. No Brasil, os jornais sensacionalistas também podem ser mapeados desde o final do século XIX.

Como enfatiza Mayer (2006, p. 18), também não se pode ignorar a influência que os programas de rádio tiveram no alicerçamento desse modelo televisivo, uma vez que esse veículo sempre foi hábil em utilizar “a estrutura comercial da mídia para incentivar a antecipação do público quanto à narrativa da notícia e para investir emocionalmente no desfecho da história”.

Desde a década de 1960, o gênero já fazia bastante sucesso na televisão com o popular *O homem do sapato branco*, que estreou na TV Cultura de São Paulo em 1966 e, posteriormente, foi veiculado por diversas outras emissoras. Esse programa – e os demais que se originaram desse modelo –, para Sodré e Paiva (2002, p. 133), caracteriza-se, justamente, por trabalhar com a ideia de uma mistura entre serviço social e uma estética do “grotesco chocante” ou, em outros termos, com um conceito de cidadania difusa que, ao mesmo tempo em que pretende dar voz a setores pouco retratados da sociedade, o faz de forma estereotipada e, não raro, preconceituosa. E assim, dão “voz e imagem a energúmenos, ignorantes, ridículos, patéticos, violentados, disformes, aberrantes, para mostrar a crua realidade popular, sem que o choque daí advindo chegue às causas sociais, mas permaneça na superfície irrisória dos efeitos”. O programa *A Voz do Povo na TV*, veiculado pela TV Tupi no final da década de 1970, é outro exemplo deste antigo modelo, assim como *O Advogado do Diabo*, apresentado por Oswaldo Sargentelli.

O telejornal *Aqui Agora* representa um marco nos programas que efetuavam a mistura entre sensacionalismo e um sentido difuso de cidadania na televisão brasileira. Trata-se de uma mistura entre o telejornal argentino *Nuevodiario* com programas de rádio (por exemplo, o programa do Gil Gomes) muito populares na época. Com uma estética realista, próxima da utilizada pelo cinema novo (BENTES, 1992), câmera tremida e longos planos-sequência, o programa ficou famoso, também, pelas cenas em que o repórter, munido com o Código de Defesa ao Consumidor nas mãos, relatava abusos cometidos contra os consumidores.

O contrato de comunicação estabelecido pelo *Aqui Agora* estava baseado em uma relação de cumplicidade com o espectador e articulado a partir de um “excesso emocional” posto na narração dramática e na música incidental típica dos filmes de suspense. Além disso, “o narrador/repórter e a câmera se identificavam às vezes com a polícia, outras vezes com as vítimas (que eram interpelados como ‘nós’)”. (MAYER, 2006, p. 17)

É neste ponto que deparamos com as problemáticas ligadas ao sentido da cidadania nesse programa. É importante salientar que o *Aqui Agora* representou mais do que mera produção sensacionalista. O contexto histórico em que ele está inserido foi fundamental para a sua constituição, uma vez que os próprios parâmetros do que significava a cidadania estavam sendo rediscutidos no Brasil. Se, como coloca Mayer (2006, p. 16), após duas décadas de ditadura militar “o papel da imprensa foi particularmente interessante na formação do novo cidadão dos anos 90, pós-transição”, o *Aqui agora* foi importante porque deu visibilidade a um

grupo social de classe mais baixa que não estava contemplado na produção jornalística televisiva tradicional. Enquanto programas como *Jornal Nacional* eram identificados a um certo elitismo, o *Aqui agora* conseguiu congrega, para além dos relatos de crimes e aberrações, temáticas de cidadania que diziam respeito às classes populares.

Em termos políticos, o *Aqui Agora* faz parte de um processo mais geral de reconhecimento das classes populares como atores políticos relevantes que se seguiu ao fim da ditadura militar. O povo passa a ser visto como força eleitoral. “No Brasil, acadêmicos começaram a reconhecer a importância do *Aqui Agora* em termos de política nacional e na cultura política quando dois dos mais populares repórteres do programa se elegeram em 1992 e 1994”. Além disso, é necessário levar em consideração que “decerto, a audiência alcançada pelo *Aqui Agora* também fazia parte no novo eleitorado democrático, cujos votos potencialmente contavam tanto quanto os votos da elite tradicional”, de forma que “pela primeira vez na história brasileira, membros da classe operária se constituíram como sujeitos políticos sem a mediação dos líderes das elites”, mudando a própria partilha em torno do que significava a cidadania no País (MAYER, 2006, p. 21)².

O significado positivo em torno da cidadania estava posto nos termos de um programa que se via como de *utilidade pública* e que usava a própria participação do telespectador (por meio de cartas e chamadas telefônicas que denunciavam atos criminosos, casos de corrupção, violações ao direito do consumidor, etc.) como força motriz para a escolha de pautas². A participação do espectador como impulsionador da cidadania era um dos aspectos centrais desse programa. A importância desse fato não pode ser negada se levarmos em consideração que, nessa época, o País havia acabado de sair de uma ditadura militar e estava tentando restabelecer seus parâmetros democráticos.

Stücker (2008, p. 14) resume a fórmula do programa quando afirma:

Realizando-se como justiça vicária, o *Aqui Agora* coloca o aparato midiático na posição de outras instituições sociais, viabilizada pela identificação teatral de ambas as esferas [...]. Para além do tribunal de justiça, o programa às vezes se articula como polícia (no caso em que busca investigar e desvendar crimes ou no caso em que acompanha incursões policiais na cidade), e às vezes como promotoria pública (no caso em que defende direitos de consumidores). Assim se delineia um jornalismo de intervenção.

2 “O reconhecimento da importância dos cidadãos da classe trabalhadora até apareceu no uso semântico da palavra ‘cidadão’. Antigamente usada de forma pejorativa para identificar um desconhecido, como durante a ditadura militar, ‘cidadão’ terminou designando uma categoria positiva para amigos e vizinhos” (MAYER, 2006, p. 22).

Essas características não desapareceram como o fim do *Aqui agora*. Muito pelo contrário. Elas se multiplicaram, de diversas formas, em programas tais como *Linha Direta*, *Brasil Urgente*, *Cidade Alerta*, dentre inúmeros outros. Todos eles compartilhavam esse sentido difuso de cidadania posto em uma visibilidade de determinadas demandas das classes populares e um incentivo à participação ativa do cidadão em áreas em que a atuação do Estado é retratada como deficitária.

A grande novidade que os jornais popularescos trazem, portanto, em termos da construção de um lugar social, é a articulação de um espaço de existência para camadas sociais que, até então, não estavam contempladas nas políticas de representação do jornalismo. Se, como afirma Rubim, “sem a publicização possibilitada pela comunicação, a cidadania entra em colapso, posto que não pode se constituir e realizar”, de forma que a visibilidade pública é uma condição *sine qua non* para a satisfação das demandas sociais, a ênfase desses jornais nas classes populares não deixa de ser importante uma vez que, pretensamente, dá voz e visibilidade a classes não contempladas anteriormente por programas televisivos tradicionais.

A cidadania mediatizada desses programas, portanto, articula-se em torno do reforço da descrença do Estado nas resoluções dos problemas sociais aliado a uma proposta de autoconstituição de uma arena de participação. Em outros termos, trata-se do fato de que a representação cidadã é deslocada de seus lugares tradicionais de representação e a própria televisão se torna, por intermédio desses programas, um meio de resolução (supostamente mais rápido) de resolução dos problemas sociais diversos. Desde os problemas com órgãos estatais até conflitos com o comércio, passando por casos mal solucionados na justiça (como no programa *Linha Direta*, da TV Globo) ou por todo um conjunto de pequenas misérias cotidianas, a construção do lugar social ocupado pelo jornalismo popularesco televisivo está articulada em torno da constituição de um espaço de cidadania.

Mais eis aqui que a problemática se esgarça. Postos como espaços articuladores de uma fala para o cidadão, como possibilitadores de engendramento de demandas até então não ouvidas, quem realmente fala nestes programas e como a cidadania é articulada enquanto a fala de um outro? Baseando-se nas reflexões de Certeau (2008), é possível notar que, nos programas jornalísticos popularescos, a TV evoca a fala do cidadão

3 De acordo com Mayer (2006, p. 22), “a solicitação de denúncias em si era importante; depois do regime militar muitas pessoas da classe trabalhadora temiam chamar a polícia, de maneira que o *Aqui Agora* funcionou como um mediador no processo de incentivar os cidadãos a assumirem um papel ativo e chamar por justiça. No escritório principal do *Aqui Agora* em São Paulo, a equipe do programa gravava todas as denúncias em um computador central. Desta forma os repórteres podiam retirar ideias para matérias e dicas para investigações. Apesar de os repórteres não investigarem todas as denúncias que chegaram a milhares só no primeiro ano, eles selecionavam histórias que ilustravam a aplicação dos códigos civil e criminal para o povo comum”.

(como outro) não a partir de uma relação de escuta, mas calcado em uma relação de tradução, engendrando, ao lado desse discurso positivo da cidadania, um discurso extremamente autoritário.

O espaço da fala do outro: a cidadania como tradução dos desejos populares

Para Certeau (2008, p. 15), há uma característica que marca toda a constituição do saber e da inteligibilidade da cultura ocidental moderna: o fato de que os saberes se instauram em uma relação a outro. Isso significa dizer que ela “desdobra uma problemática articulando um saber dizer a respeito daquilo que o outro cala”.

Se essa sentença for tomada no que diz respeito à história (objeto de análise de Certeau), isso significa que da mesma forma que um médico transforma o corpo do paciente em um quadro legível (e, portanto, traduzível em linguagem), tal qual um código que pode ser decifrado, tal como um cadáver mudo exposto ao olhar que exige uma leitura especializada, a história opera o mesmo mecanismo com a memória. “Uma mutação análoga se produz quando a tradição, corpo vivido, se desdobra diante da curiosidade erudita em um corpo de textos”. Assim, “estas duas heterologias (discursos sobre o outro) se constituíram em função da separação entre o saber que contém o discurso e o corpo mudo que o sustenta”. (CERTEAU, 2008, p. 15)

E é por esse motivo que o autor enfatiza a noção de que a historiografia nada mais faz do que fornecer túmulos escriturários para os mortos do passado, sendo que “a única pesquisa histórica do ‘sentido’ permanece, com efeito, a do Outro”. O tratamento que ela dá a esses mortos, no entanto, é também bastante específico, uma vez que ela pretende, ao mesmo tempo, “compreender e esconder com o ‘sentido’ a alteridade deste estranho ou, o que vem a ser a mesma coisa, acalmar os mortos que ainda frequentam o presente”. (CERTEAU, 2008, p. 14)

Inegavelmente, o jornalismo também está posto nesse campo de inteligibilidade que marca o lugar de saber como um saber sobre o outro – e, mais do que isso, um saber a respeito daquilo que o outro cala. Essa temática pode ser abordada de várias maneiras, porém é patente o fato de que não há jornalismo que não se estruture sobre a fala de outro.

Embora o jornalismo sempre diga respeito à representação de outro – que não o próprio jornalista ou o seu grupo profissional mais amplo – esse outro também é posto como um cadáver mudo que é exposto ao olhar do jornalista, como uma entidade muda que coloca um discurso que é enunciado (porque articulado) pelo jornalista e não por ela

própria. Assim como no caso do historiador, o outro possui o saber; o jornalista controla a articulação do discurso sobre esse saber.

Uma vez que é de um terceiro sobre o que se fala e para quem se fala, também em relação à articulação da *cidadania* no jornalismo, podemos dizer que é sempre em relação à demanda de outro que o jornalismo se posiciona. Ao operar a partir da visibilidade das questões de cidadania, é sempre com base na representação desse outro que a notícia é articulada.

Baseando-se nos parâmetros postos por Certeau (2008), contudo, o acesso a esse outro se dá também de forma muito específica: ele se estabelece não a partir de uma relação de *escuta*, mas, sim, de uma relação de *tradução*, em uma verdadeira *hermenêutica do outro*.

A palavra do outro, neste contexto, é possuída pelo detentor do discurso, que se encarrega de dizer o que este outro poderia dizer se ele tivesse a palavra – dizendo, com isso, algo muito distinto. Para Certeau (2008), essa relação de tradução não pode ser senão uma imposição de poder e, nesses termos, com a suposta intenção de retratar o outro, acaba-se falando de si mesmo. Tida como objeto exótico – e, como tal, objeto de censura – a fala do outro não serve senão para que seja efetuada uma volta a si mesmo, ou seja, serve como mero pretexto para o estudo de si mesmo.

Ora, essa marca da inteligibilidade ocidental (na qual o jornalismo está inserido) se articula mediante uma *escritura que fala pelos outros* ou, em outros termos, de uma relação de poder a partir da qual o dono da palavra se instaura no lugar do outro, não para buscar o campo comum de entendimento, mas, sim, para falar por ele, falar sobre o que ele supostamente cala. Dessa forma, a escritura ocidental faz com que a palavra do outro seja entendida de forma diferente daquilo que esse outro propriamente fala. A relação é de uma tradução sem escuta.

Se tomados sob essa perspectiva, é possível observar que, embora o jornalismo televisivo popularesco tenha articulado um espaço de cidadania ao dotar de visibilidade um grupo social que, até então, não era representado no jornalismo televisivo tradicional, esse espaço não deixa de ser problemático e ambivalente, tendo em vista que essa representação se processa por meio dessa relação de mera tradução. As demandas que se tornam visíveis (e, portanto, passíveis de serem transformadas em direitos efetivos) dizem mais respeito a uma imagem que esses programas fazem das classes populares do que a políticas de representações articuladas por essas próprias classes sociais. O abismo entre essas duas representações está inserido em um espaço em que os acessos aos meios simbólicos são desiguais e, portanto, não constituem um espaço de embate político –

que é fundamental para que a cidadania seja efetiva – mas sim, como um espaço de mera encenação deste embate. Trata-se de uma cidadania encenada, não de um espaço de constituição de direitos efetivos.

Conclusão

O reconhecimento da importância da visibilidade para a satisfação das demandas políticas tem levado muitos autores à constatação de que a construção da cidadania passa não apenas pela conquista dos direitos civis, políticos e sociais, tal como na definição clássica de Marshall (1976), mas é necessário acrescentar a essas esferas, também, o direito cultural ou o direito de representação.

À medida que o invisível (no sentido de não representado) tem sua própria existência negada, a conquista da cidadania sempre requer um grau de publicização das demandas dos diversos grupos sociais, de forma que há um colapso da cidadania quando sua relação com a comunicação é desfeita.

A própria questão da visibilidade, contudo, se coloca em um terreno de constantes tensões. Como coloca Martín-Barbero (2007), “ser visível significa, a um só tempo, tornar-se vulnerável frente à perseguição vigilante do poder” no mesmo golpe em que é apenas por meio dessa visibilidade que há o “deslocamento da luta pela representação para a demanda de reconhecimento”.

Os programas televisivos popularescos, impulsionados pelo modelo do *Aqui Agora*, estão inseridos neste campo de tensões, uma vez que o termo *cidadania*, evocado por eles, engendra justamente essa ambiguidade. Ao mesmo tempo em que esses programas foram marcos importantes do jornalismo brasileiro, pois deram visibilidade a demandas sociais não contempladas por outros materiais televisivos e clamaram por uma participação ativa do cidadão em um contexto de reabertura democrática, participando, com isso, da redefinição do termo cidadania nesse contexto histórico brasileiro, eles também se posicionam partindo de uma relação de tradução (e não de escuta) em relação a essas próprias demandas, atuando no reforço dos elementos de um discurso autoritário e que engendram a estetização da cidadania em detrimento da constituição de um espaço de debates e ação política tão fundamental à sua constituição.

The meaning of citizenship in popular television journalism: between visibility and translation

Abstract

This paper aims to discuss the meaning of the word "citizenship", based on a study of the usage of this term in popular journalistic television programs. The protection of citizens is the main theme of these programs, which display the term in a constantly shifting terrain of imprecise and variable meanings. Beginning with the circumstances in which citizenship is evoked in these programs, the meaning of the term swings between two counterparts: on one hand, an increased value of citizenship (by encouraging active participation of viewers and articulating in defense of the rights of the lower classes, increasing awareness of their demands) and authoritarianism (through articulation of a mechanism in which the other is represented in a translating, instead of listening, relationship). The gulf between these two representations is placed in an area in which access to symbolic means is unequal and, therefore, does not constitute a space where politics clash, but simply an enactment of this clash.

Keywords: *Citizenship. Journalism. Sensationalism. Visibility.*

Referências

- ABREU, Alzira Alves de. *Jornalismo cidadão. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 23-40, 2003.
- BENTES, Ivana. *Aqui Agora: o cinema do submundo ou o teleshow da realidade. Revista Imagens*, n. 1, v. 2, p. 44-49, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BUCCI, Eugênio. *Videologias: ensaios sobre a televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, 2004.
- FIDALGO, Joaquim Manuel Martins. *O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas*. 2006. 652 f. Tese (Doutorado em 2006) –Universidade do Minho, Portugal, 2006.
- GENTILLI, Victor. *Democracia de massas: jornalismo e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise de discurso*. Campinas: Pontes, 2002.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Novas visibilidades políticas da cidade e visualidades narrativas da violência. *Matrizes*, v. 1, n. 1, p. 27-40, out. 2007,

MAYER, Vicki. A vida como ela é / pode ser / deve ser?: o programa *Aqui Agora* e cidadania no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 29, n. 1, p. 15-37, 2006.

MENDONÇA, Kléber. *Discurso e mídia: de tramas, imagens e sentido, um estudo do Linha Direta*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: UFF, 2001.

MORETZSOHN, Sylvia. O caso Tim Lopes: o mito da mídia cidadã. *BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-tim-lopes.html#tex2html8>. Acesso em: 5 dez. 2011.

MOURA, Maria Betânia. *Os nós da teia: desatando estratégias de faticidade jornalística*. São Paulo: Annablume, 2006.

PREVEDELLO, Carine Felkl. *Representações no jornalismo popular: a cidadania no discurso do Extra (RJ)*. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2008.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Cidadania, comunicação e cultura. In: PERUZZO, C. M. K., ALMEIDA, F. (Org.). *Comunicação para a cidadania*. São Paulo: Intercom, 2003. p. 100-114.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. *O império do grotesco*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

STÜCKER, Ananda. A construção do real no telejornal *Aqui Agora*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL TELEVISÃO E REALIDADE. Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2008. *Anais...* Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008, p. 1-15.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005.

Enviado em 6 de fevereiro de 2012.

Aceito em 30 de abril de 2012.